

Senhor Presidente  
da Assembleia Legislativa da  
Região Autónoma dos Açores  
Senhor Representante da República para a  
Região Autónoma dos Açores  
Senhor Presidente e Senhores Membros do  
Governo  
Senhoras e Senhores Deputados  
Autoridades Civas, Militares e Religiosas  
Senhoras e Senhores Convidados

Na tarde de 4 de Setembro de 1976, era inaugurada oficialmente a sede da então denominada Assembleia Regional dos Açores, a casa-mãe da Autonomia, o coração da democracia açoriana, enfim, a pedra fulcral da vida pública do arquipélago no quadro jurídico-político da autonomia democrática.

Na altura, com a presença dos mais altos representantes da nação e com o entusiasmo convicto dos responsáveis políticos da

Região, tudo era vivido e expresso com a aura da novidade e da aventura que assinala todos os novos desafios e caminhos.

Passados que são exactamente trinta anos, e como em todas as efemérides, várias são as abordagens possíveis ou, para alguns, necessárias deste tempo, deste pequeno lapso de tempo em que a grandiosidade dos feitos há-de marcar a História destas ilhas.

Poderia, agora, fazer-se o balanço dos resultados, das conquistas e das dificuldades que a vida sempre trás em qualquer uma das suas manifestações.

Poderia, ainda, fazer-se o relato histórico deste pedaço de tempo que tanto tem para contar.

Poderia, por outro lado, fazer-se, como é apanágio de alguns, a apreciação sectária e partidária da autonomia com o auto-elogio de alegadas proezas ou com o ataque a outras responsabilidades, num lamentável estilo em que os bons resultados são, invariavelmente, feitos exclusivos dos próprios e as situações menos positivas são, sempre, da responsabilidade dos outros.

Excluindo esta última possibilidade de intervenção, porque parte do desacertado pressuposto de que a Autonomia teria dono ou tutelas, ou que não fossem os Açorianos, todos nós, a razão e o destinatário da acção política, o exercício responsável de respeito para com a História e de contributo para um balanço positivo da concretização do regime autonómico faz-se falando do Futuro da Autonomia.

Respeitando, conhecendo e enaltecendo a rica semente que foi colocada na bendita terra por laboriosos e inteligentes homens durante estes trinta anos, cabe-nos a nós, hoje e aqui, cuidar das árvores cujas flores e frutos esperamos poder contribuir para a colheita que a todos beneficie com a abundância da vida.

Hoje e aqui, neste tempo de globalização, avanços científicos, técnicos e tecnológicos, de relativização de valores e conceitos, de competitividades e solidariedades, de multiplicidades de influências e vivências culturais, de abundância e escassez, de arrojos e receios, neste espaço arquipelágico atlântico que é tanto mais Mundo quanto o quisermos e assumirmos, hoje e aqui, temos de pensar e actuar sobre a

viabilidade útil da Autonomia como meio de gestão política deste e dos próximos tempos.

Se no início das lutas autonómicas se demonstrou ser este o meio mais capaz de resolver os problemas dos açorianos, se foi com a Autonomia que se abriram umas ilhas às outras e os Açores ao Mundo, se foi com a Autonomia que se fizeram portos, aeroportos, escolas, hospitais e estradas, se foi com a Autonomia que passamos a receber mais cidadãos do que aqueles que destas ilhas para outras terras agora saem nos fenómenos migratórios que reflectem dinâmicas sociais e económicas, não podemos, porém, esquecer, sob pena de absoluto insucesso, de que há muito por fazer, há desafios decisivos por enfrentar e vencer, há dificuldades e exigências que apenas um adequado conhecimento e uma competente acção podem superar.

Pode hoje dizer-se que os açorianos vivem melhor do que há trinta anos atrás.

Muito foi feito. As ilhas hoje são muito diferentes daquilo que eram há três décadas.

Criou-se a ideia de unidade regional apesar de diferentes percepções da sua concretização.

Em trinta anos, crescemos indiscutivelmente.

E isso foi o resultado da Autonomia e da nossa integração europeia, através da acção dos açorianos e do envolvimento nas dinâmicas mundiais.

Mas, as nossas fragilidades e constrangimentos continuam a fazer-se sentir, não sendo possível, ainda hoje, dizer-se que demos o salto da qualidade e nos integramos nas médias nacionais e europeias de desenvolvimento, sucessivamente anunciadas mas ainda não alcançadas.

E para prepararmos responsável e adequadamente o Futuro é essencial conhecermos realisticamente o Tempo e o Espaço em que nos encontramos. Sem optimismos demagógicos, ilusórios e auto-sustentados e sem pessimismos derrotistas e resignados.

Com efeito, de acordo com os últimos dados estatísticos oficiais conhecidos relativos a 2003, constata-se que o Produto

Interno Bruto dos Açores, que teve um crescimento negativo de - 0,8%, em relação a 2002, representa 83% da média nacional e 56% da média da União Europeia a 15, sendo que 26% do PIB da Região é formado por transferências de Portugal e da União Europeia.

Ao nível da produtividade, os Açores têm a mais baixa taxa do país correspondendo a 81% da média nacional.

O rendimento disponível dos açorianos é de 5.699 €/ hab., representando 82% da média nacional que é de 6.920 €.

A Taxa de Actividade nos Açores é de 45%, quando a média do País é de 52%.

O índice do poder de compra dos Açores é o mais baixo de Portugal, representando 65% da média nacional.

Os Açores estão no topo do país ao nível dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

Tudo isto numa Região significativamente dependente do exterior em termos financeiros, como o comprova o facto de que da receita global prevista no Orçamento regional para 2006, 40% são receitas provenientes de transferências da União Europeia (115 M€), do Orçamento do Estado (229M€) e de receita do IVA não gerado na Região, mas transferido no âmbito da capitação, (126M€).

Vivemos numa Região em que todos estes meios financeiros, que por enquanto têm vindo do exterior, permitem à generalidade das actividades sociais, culturais, desportivas e económicas viver da subsídio-dependência.

Vivemos numa Região em que se evidenciam progressivamente as assimetrias entre as suas parcelas e em que cada vez mais se sente a precariedade e incerteza no Futuro de algumas ilhas.

É verdadeiramente revelador do estado sócio-económico da Região e, essencialmente, denunciador do Futuro que espera as ilhas mais pequenas a devastadora redução de população que até hoje não conseguiu ser travada.

É preocupante, por exemplo, que, apesar de muitos falecimentos não serem registados nas respectivas ilhas, neste ano 2006 e até esta data, no Corvo perante os cinco óbitos ocorridos tenha nascido apenas um corvino, nas Flores tenham havido 22 nascimentos e cerca de 40 óbitos, ou que, na Graciosa, tenham nascido 12 graciosenses, muito menos de metade dos 41 que faleceram, ou que mesmo numa ilha como Faial perante os 156 óbitos só tenham ocorrido 112 nascimentos.

O que se torna mais preocupante perante a inexorável e desoladora realidade de ver os jovens a sair das suas ilhas sem que o regresso seja consequência natural da sua formação porque não há empregos que os recebam.

Tudo isto dá que pensar. Tem de dar que pensar.

Mas, fundamentalmente, exige medidas, apostas, rumos.

É, por isso, necessário fazerem-se apostas estruturantes e estratégicas em vez de se promoverem acções de mera táctica conjuntural de satisfação de interesses de pessoas ou grupos.



A mera satisfação imediata de interesses pode dar o agradecimento e reconhecimento imediato, pode até suscitar a dependência e subserviência eleitoral que sustenta o Poder, mas, do mesmo modo, garante o apagamento da Memória e compromete a viabilidade dos tempos futuros.

É preciso olhar para a frente. Bem para a frente.

Só assim se conseguirão vencer os principais desafios que se colocam aos Açores deste e dos próximos tempos.

Os desafios da qualidade de vida; da qualificação; da fixação e ocupação de população nas várias ilhas; da aproximação das médias nacionais e europeias de desenvolvimento; da afirmação dos Açores no Mundo; da credibilização da Autonomia; da sustentabilidade financeira da Autonomia; da criação e distribuição de riqueza nas ilhas; todos eles são decisivos para que este caminho tenha sentido, para que este formato de governação tenha justificação, o que se mede pelo seu resultado, pelo seu sucesso, nas vidas dos açorianos.

A autonomia tem de superar as desconfianças que o centralismo sempre alimentou, e isto não se alcança com posições internas dúbias e contraditórias apenas à espera do protagonismo fácil e momentâneo.

De facto, não podemos um dia levantar a bandeira dos alegados bons resultados para o auto-consolo de exhibir o título de bons gestores e noutros dias, sobre a mesmíssima realidade, evocar maus resultados para exigir solidariedades e ter o auto-consolo do título de bons negociadores.

E o desafio da credibilização da Autonomia é decisivo para que a Autonomia e os seus responsáveis não sejam olhados e rotulados com suspeições menos condizentes com os propósitos reais dos seus princípios.

A credibilização da Autonomia também se faz através da credibilização dos seus órgãos, em especial esta Assembleia cuja inauguração hoje assinalamos.

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores tem de ser, efectivamente, o primeiro órgão da Autonomia, o

centro do debate democrático do arquipélago, no respeito que tem de se dar a si própria e na consideração que lhe deve ser observada pelos outros agentes da vida política e pela sociedade em geral.

E isso, seguramente, não se alcança com sinais sucessivos e assumidos de desconsideração do Parlamento, na forma desrespeitosa como é por vezes tratado, no modo em como a diversidade da democracia não é considerada, ou, ainda, na perigosa tendência para o anonimato ou empresarialização das responsabilidades políticas, na medida em que se transferem competências que sempre foram e só podem ser públicas para meras sociedades anónimas sem qualquer controlo ou avaliação parlamentar, isto é, sem a fiscalização democrática que advém do voto popular.

Este desafio da credibilização da Assembleia deve ter, nesta precisa dimensão, por objectivo fundamental, como de resto sucede com o próprio regime parlamentar ocidental, a efectiva ligação dos cidadãos aos parlamentares, em que a acção destes reproduza efectivamente a vontade daqueles que devem, também por si, promover civicamente a actividade pública.

Na mesma medida, o desafio da sustentabilidade e credibilização financeira da Autonomia é importante como causa e consequência das dinâmicas sócio-económicas de uma sociedade que se quer desenvolvida.

Pode, ainda, afirmar-se que os próximos desafios da Região passam pela qualificação, pelo emprego e pela criação de riqueza.

No entanto, esta constatação tem de ser muito mais do que discursiva, tem de ser concretizada na prática através de apostas estratégicas claras e definidas.

Acreditamos ser possível essa concretização, potenciando as capacidades das ilhas, as riquezas do arquipélago, as mais-valias que nos foram doadas pela Natureza ou conferidas pelos Homens.

A relação dos Açores com o Mar tem de constituir uma aposta central da política autonómica, na diversidade de dimensões económicas que a principal realidade da Região não tem aproveitado.

A nossa relação com o Mundo deve ser assumida como decisiva para a nossa afirmação e sucesso.

Começando pela nossa posição geo-estratégica, que foi sempre aproveitada por outros e esquecida pelos próprios, devendo trazer os adequados benefícios que não podem ser trocados à custa de outras negociações, não podemos deixar de considerar, na sua real grandeza, a relação com os açorianos espalhados pelos vários continentes - que, estes sim, souberam individualmente perceber e viver a nossa condição de entes do Mundo, o que a Região colectivamente tem tido dificuldade em assumir - . Esta relação tem de ir para além da mera ligação cultural devendo ter um necessário impacto económico no investimento que pode ser promovido por aqueles que lá fora criam riqueza e ajudam a construir as terras que os acolhem. E tudo isto tem de ir, também, para além de discursos e visitas isoladas de Verão ou festas, para passar a constituir uma acção permanente e produtiva.

Por outro lado, hoje nem se deveria falar em relação com a Europa, porque Europa somos nós. No entanto, a nossa distância dos centros europeus de decisão e das médias europeias de

desenvolvimento, continua a fazer com que os açorianos não se sintam verdadeira e integralmente europeus em toda a amplitude da realidade.

Com efeito, não fossem os dinheiros de Bruxelas e Estrasburgo, que a vitória de Rodes nos trouxe com a consagração do regime da ultraperiferia, a Europa para os Açores ainda seria algo mais distante do que a força da geografia determina.

É assim que o completo e continuado envolvimento dos Açores no processo de aprofundamento da União Europeia é também determinante para o sucesso do próprio regime autonómico.

Por outro lado, a preservação e potenciação das nossas riquezas próprias quer ao nível ambiental quer na área cultural devem assumir lugar de privilégio na acção política da Autonomia.

Num tempo de progressiva escassez e valorização de especificidades das riquezas ambientais e culturais, os Açores devem interpretar e concretizar todo o manancial que nos

caracteriza como mais-valias que nos distinguem e, nessa medida, nos projectam no Mundo.

Desde a repercussão científica da nossa realidade, até á produção de energias renováveis, passando necessariamente pelo benefício que tudo isto pode trazer tanto em termos turísticos como ao próprio nível do desenvolvimento rural, tudo o que é específico das ilhas deve afirmar-se pela particularidade e qualidade.

A aposta na qualificação de recursos humanos intimamente conectada com a necessária competitividade das empresas e o empreendedorismo tem de ter por consequência a criação de emprego, o aumento da produtividade e a distribuição de riqueza.

A aposta nas novas tecnologias na sociedade da informação do século XXI deve merecer lugar de destaque nas políticas da Autonomia, considerando o que a este respeito se passa no Mundo, a projecção temporal desta área e, de forma especial, a nossa condição arquipelágica e isolada no meio de atlântico que exige e valoriza todas as dinâmicas sociais e económicas da realidade virtual.

Por último, mas com a importância que nestas coisas as últimas afirmações têm, um dos desafios fulcrais da Autonomia tem a ver com a sua afirmação.

A Autonomia corre sérios riscos quanto se transformar num meio residual de intervir politicamente num determinado reduto geográfico, social, económico e político.

A Autonomia não pode cair na perigosa tentação de se refugiar nas medidas fáceis, de se limitar às questões simples, de se minimizar à tal mera satisfação de interesses imediatos.

A Autonomia não pode servir para nos fecharmos e nos isolarmos, no que caímos se passarmos para outros a responsabilidade e competência para as grandes, importantes e complexas decisões.

A Autonomia tem de afirmar-se, sobretudo, nas grandes, importantes e complexas decisões, tanto internamente como na nossa relação com os outros.



A Autonomia não cumpre rigorosamente o seu papel se atirar ora para a República, ora para a Europa, ora para o Mundo, a abordagem e intervenção sobre tudo o que diga respeito, por exemplo, á Agricultura e às Pescas, aos transportes marítimos e aéreos ou à Segurança.

A Autonomia só se concretiza verdadeiramente quando for afirmativa em tudo o que afecte os Açores e a vida dos Açorianos.

A Autonomia tem de ter uma posição e intervenção sobre todas aquelas questões acima referidas e das quais foge invariavelmente, na mesma medida em que tem de ter uma posição e intervenção sobre questões decisivas para a vida das pessoas como são os casos, designadamente, da iminente reforma da Segurança Social, ou dos ditos exames nacionais dos nossos estudantes, sem esquecer a necessidade de haver uma política específica para a realidade cada vez mais açoriana que é a Imigração.

Por outro lado, a Autonomia não pode acomodar-se com base em meras disciplinas partidárias e tem de afirmar-se vigorosamente perante as afrontas que vão sendo feitas a

conquistas já garantidas pelo nosso estatuto e regime político, como são os casos da regulamentação que pôs em causa a obrigatoriedade de prestar serviço, nos Açores, de médicos que façam a sua especialidade hospitalar em vagas criadas especificamente para a Região; a anulação do regime de preço único de publicações em todo o território nacional; o fim anunciado do “contingente Açores” no acesso ao ensino superior, ou a possível revogação do princípio da capitação na distribuição das receitas do IVA.

Todos estes desafios que se querem concretizados em realizações não podem ser abordados de forma avulsa, casuística e de curto prazo imediato.

Pelo contrário, só podem ter o sucesso que a sua reflexão e diagnóstico determinam se encarados e efectivados numa lógica integrada, funcional, coerente e equilibrada de desenvolvimento e numa perspectiva descomplexada mas comprometida de médio e longo prazo.

É este o contributo que o PSD dá hoje para o Futuro da Autonomia, baseado no modelo de desenvolvimento que entendemos adequado para os Açores.

Reconhecendo e aprendendo com o Passado, percebendo consciente e realisticamente o Presente e preparando responsabilmente o Futuro estamos a cumprir a Autonomia, que não é um fim em si mesmo mas um meio para concretizar a melhor vida que os Açorianos merecem.

Queiram os Açorianos que, daqui por trinta anos, aqueles que aqui estiverem tenham oportunidade e engenho para continuar a plantar o Futuro dos vindouros com a viva semente que os deste tempo têm o dever de deixar.

Acreditamos no Futuro e nos desígnios da Região, porque, como dizia um velho poeta destas ilhas, a beleza e a riqueza desta terra só pode querer dizer que os Açores “*se não saíram do fundo do mar, caíram do céu*”.

Disse.